

A ola passa pelo Chile

UMA SEMANA DEPOIS DE A BOLÍVIA DEVOLVER O PODER AO MAS, OS CHILENOS DECIDEM ENTERRAR A CONSTITUIÇÃO DE PINOCHET

por SERGIO LIRIO

Foi o segundo e, tudo indica, definitivo enterro do generalíssimo Augusto Pinochet. Morto em 2006, sem responder em vida pelos crimes contra a humanidade e pelas acusações de corrupção e tráfico de drogas, o ditador pairava como alma penada sobre as cabeças dos chilenos. Até o domingo 25. Uma maioria inconteste, 78,2% dos eleitores, decidiu, enfim, exorcizá-lo. Sete dias depois da vitória em primeiro turno de Luis Arce, ex-ministro de Evo Morales, na Bolívia, o plebiscito no Chile que decidiu sepultar a Constituição ultraliberal e autoritária imposta pela ditadura em 1980 reafirmou a mudança de ventos no Cone Sul. No fim da tarde, a Plaza Italia, centro nervoso da capital, Santiago, voltou a ficar lotada, mas o clima era completamente diferente. Um ano antes, milhares de chilenos enfrentaram

as tropas de choque para pedir mais proteção social, oportunidades e igualdade. Uma imensa faixa, estandarte de jovens resolutos, prenunciaria: “O Chile será o túmulo do neoliberalismo”. Será? Sim, a depender da multidão que trocou o punho cerrado pelo abraço na noite do domingo. “Este é um primeiro passo para ter um país mais justo e o início de um

grande trabalho”, declarou Camila Moreno, cantora. “Agora, todos e todas seremos parte da construção de uma nação mais digna.” Uma mensagem anônima circulava nas redes sociais, um resumo do sentimento popular: “Se meteram com as gerações que não têm mais nada a perder. Nem casa, nem trabalho, nem aposentadoria. Não temos nada. Que medo pode haver?”

Cartazes e faixas recolhidos durante o auge da pandemia do coronavírus, quando os protestos, por questões sanitárias, arrefeceram, saíram dos armários. Um deles celebrava: “Adeus, general”. Outro estampava “o Chile ressurge”. Os vizinhos andinos poderiam retrucar: não só Chile. Desde o ano passado, a América do Sul ensaia, com altos e baixos, um retorno ao eixo progressista da última década e meia. Não se trata de um *tsunami*, mas de uma *ola* consistente e contínua. Começou na Argentina. O desastre econômico e social do governo de



O Chile decidiu superar a era Pinochet



Eleitores celebram a esmagadora opção pelo "sim" no domingo 25. Ao lado, a faixa exibida no ano passado vaticinava o futuro



**PELA PRIMEIRA
VEZ EM 200 ANOS
DE REPÚBLICA,
O PAÍS TERÁ UMA
CARTA MAGNA
NASCIDA DA
VONTADE POPULAR**

Mauricio Macri facilitou o retorno do peronismo ao poder em outubro do ano passado, com Alberto Fernández e Cristina Kirchner. O percurso tem sido atribulado, mas promissor. O aumento das infecções e das mortes por coronavírus a partir de setembro, apesar da mais longa quarentena do planeta, tisonhou a enorme popularidade de Fernández. O governo conseguiu renegociar a dívida externa com os credores, um dos entraves à retomada do

desenvolvimento, mas gerou irritação interna ao controlar o fluxo de dólares e propor a taxa de grandes fortunas. A necessária paralisação da economia adiou os planos de recuperação. O governo ameniza a miséria e a pobreza via programas sociais, enquanto o macrismo tenta reorganizar suas forças. Fernández tem, no entanto, lenha para queimar. E ocupa habilmente o vazio na região deixado pela diplomacia brasileira.

Na Bolívia, os pilares do golpe não pararam de cair. Os 55% de votos conquistados por Arce, ex-ministro da Economia, no domingo 18 foram um chamado à razão. A Justiça retirou as acusações de terrorismo contra o ex-presidente Morales e permitiu seu retorno ao país. Mulheres indígenas de esquerda ocuparão um terço do Senado e nas duas casas do Congresso o MAS domina com absoluta tranquilidade. Liderados pelo empresário Fernando

CAPA

“Macho” Camacho, os extremistas de Santa Cruz de la Sierra, reduto anti-Morales, nunca estiveram tão isolados.

Em fevereiro, o Equador irá escolher o próximo presidente. Como os excluídos do Chile, os índios equatorianos, grosso da população, demonstraram o tamanho de sua insatisfação em 2019. As marchas quilométricas no interior e os protestos em Quito uniram demandas históricas à insatisfação com a guinada ideológica do governo Lenín Moreno. Conduzido ao poder pelas mãos de Rafael Correa, Moreno apressou-se em abandonar o padrinho político e se alinhar a Washington. A revolta indígena do ano passado foi uma resposta às medidas de arrocho impostas pelo Fundo Monetário Internacional em troca de um empréstimo.

Neste meio-tempo, Correa, exilado na Bélgica, tornou-se alvo da versão local da Lava Jato. O ex-presidente comparou seu caso ao de Lula e ao de Alejandro Toledo, no Peru, e se diz vítima de perseguição. Em setembro, o Conselho Nacional Eleitoral barrou sua candidatura à vice-presidência. O cerco da Justiça não tem sido, porém, suficiente para apagar a memória da autointitulada Revolución Ciudadana. A crise econômica e social decorrente da pandemia piorou a imagem de Moreno, apoiado por menos de 10% dos equatorianos. Em contraposição, o jovem economista Andrés Arauz, de 33 anos, renovou o correísmo e disputará a presidência.

Na Colômbia, o direitista Iván Duque, com a popularidade em baixa, enfrenta uma onda de manifestações, resultado da má gestão da pandemia e do aumento da violência paramilitar em áreas rurais. “Vivemos uma guerra que não pedimos. Como mulher e mãe protesto. Não pari meus filhos para a guerra”, afirmou a costureira Sandra Melo, durante os protestos da quarta-feira 21. As eleições presidenciais ocorrem em 2022, como no Brasil.

Pano de fundo, a escolha dos norte-americanos será decisiva para os rumos da América do Sul. Na noite da terça-feira

3, o mundo saberá se Donald Trump estará livre para cuidar da recuperação financeira de seus atribulados negócios ou permanecerá mais quatro anos na Casa Branca. As pesquisas indicam que os eleitores se inclinam pela primeira opção. Joe Biden lidera no voto nacional, 52% a 45%, e abriu vantagem em estados-chave, responsáveis por indicar mais delegados ao Colégio Eleitoral. Segundo o Centro de Pesquisa Eleitoral da Universidade Wisconsin-Madison, Biden leva vantagem em Michigan, Wisconsin e Pensilvânia, a “Parede Azul”, reduto histórico do Partido Democrata. Em 2016, Trump derubou a parede na disputa contra Hillary Clinton. Ter obtido maioria nesses estados possibilitou ao republicano chegar à Presidência sem o apoio da maioria dos eleitores. No sistema de escolha indireta dos EUA, vence quem reúne o maior número de delegados, independentemente da contagem geral do voto popular.

Não poucos analistas projetam uma vitória folgada de Biden, fenômeno raro nas disputas cada vez mais polarizadas dos Estados Unidos. Caso o prognóstico se confirme, o ex-vice de Obama terá respaldo para implementar uma agenda que reduza a antipatia mundial aos EUA insuflada pelos deliberados ataques de Trump ao multilateralismo. Autocratas e projetos de ditadores, adeptos das *fake news*, supremacistas brancos e negacionistas de toda ordem perderão o porto seguro em Washington.

Embora, durante a administração Obama, a NSA, agência de segurança interna dos EUA, tenha espionado líderes sul-americanos e o Departamento de Estado dado suporte à Lava Jato, a ponto de a operação curitibana espalhar seus tentáculos pela América do Sul e atingir líderes progressistas da região, Biden, imagina-se, vai dedicar-se a problemas mais urgentes: a recuperação econômica interna, as mudanças climáticas e a



**NOS PRÓXIMOS
DOIS ANOS,
EQUADOR, CHILE,
COLÔMBIA
E BRASIL
ESCOLHERÃO SEUS
PRESIDENTES**



O Equador ainda não se recuperou dos protestos de 2019. Morales foi inocentado pela Justiça na esteira da vitória do MAS nas eleições bolivianas. Fernández e Kirchner, na Argentina, abriram o caminho para o retorno dos projetos populares no Cone Sul

reconstrução da política externa (leia reportagem de Simon Tisdall, de *The Observer*, à pág. 36). Sem a tutela norte-americana, o Cone Sul ganha outra oportunidade de fazer as suas próprias escolhas.

O plebiscito não encerra a batalha no Chile. Em abril, os eleitores regressam às urnas para escolher os deputados, *mezzo* homens, *mezzo* mulheres, da Assembleia Constituinte exclusiva, com duração de 24 meses. Em 200 anos de república, será a primeira vez que uma Constituição

nascerá da escolha popular. Remover os entulhos autoritários que engessam a democracia será fácil. Complicada é a disputa pela redefinição do papel do Estado. Redigidos pelos *Chicago Boys* que davam as cartas na ditadura, os capítulos econômicos travam os investimentos públicos em saneamento, transporte, educação, moradia e previdência social. Modelo que Paulo Guedes, estagiário da equipe econômica chilena na era Pinochet, tenta implementar no Brasil.

Os constituintes estarão na metade do trabalho quando o atual presidente, Sebastián Piñera, for substituído, em março de 2022 (as eleições acontecem em novembro do próximo ano e não há reeleição). Quem assumir o governo atravessará um ano no limbo, à espera das novas diretrizes. Se quiser dobrar os parques e poderosos beneficiários do neoliberalismo, a maioria vitoriosa no plebiscito vai precisar manter acesa a chama da revolta. “Teremos dois anos de um processo durante o qual haverá muita instabilidade e incerteza no Chile, pois não teremos regras claras e todos vão querer aproveitar a situação para melhorar a sua posição relativa”, avalia o sociólogo Patricio Navio em entrevista à RFI. “Eventualmente, surgirá uma reação tipo Bolsonaro ou Álvaro Uribe. Uma resposta autoritária.”

O ex-presidente Ricardo Lagos é mais otimista. “O plebiscito foi um recado a quem está no poder, no Executivo e no Legislativo”, afirmou em entrevista à *Folha de S.Paulo*. Crítico do “modelo chileno” celebrado pelos neoliberais, Lagos tentou sem sucesso aprovar uma Assembleia Constituinte na sua passagem pela Presidência, entre 2000 e 2006. Os pinochetistas impediram um referendo à época, o que o obrigou a aprovar no Congresso medidas pontuais, entre elas a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos, a contenção do poder das Forças Armadas nas decisões civis e o fim dos mandatos vitalícios de senadores. A mudança no país em duas décadas, considera, reflete a falência de um sistema econômico que, sob o manto da estabilidade e do aumento da renda *per capita*, cavou um abismo que separa um punhado de privilegiados de milhões de excluídos, aqueles que, segundo a mensagem anônima do início deste texto, “não têm mais nada a perder”. Chilenos, argentinos e bolivianos disseram basta. Equatorianos e colombianos parecem prontos a repetir a mensagem. Enquanto isso, no Brasil de Bolsonaro... •